

ESCRAVOS DA PRECISÃO: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó (MA)

Flávia de Almeida Moura*

RESUMO

O trabalho apresentado procura discutir as condições de funcionamento da economia familiar, bem como as estratégias de sobrevivência de um grupo de *trabalhadores resgatados* da situação de *trabalho escravo* pela Delegacia Regional do Trabalho - DRT-MA, em novembro de 2005, na Fazenda Sagrisa, localizada no município de Codó (MA). Neste sentido, os aqui chamados *escravos da precisão* são os trabalhadores rurais que, tendo sido expulsos de suas terras, se submetem às condições precárias de trabalho, mas o fazem dentro de uma lógica e de uma estratégia de complementação de renda. Para auxiliar nesta discussão, procuramos entender a articulação entre o calendário agrícola desses trabalhadores, bem como os períodos de saída para trabalharem nas fazendas de gado na região de Codó.

Palavras-chave: Escravidão contemporânea. Economia familiar. Estrutura fundiária.

1 INTRODUÇÃO

O estudo apresentado foi extraído da dissertação de mestrado defendida pela autora no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFMA (Universidade Federal do Maranhão) em dezembro de 2006 e tem o esforço de problematizar a situação de um grupo de trabalhadores *resgatados* pela Delegacia Regional do Trabalho no Maranhão (DRT-MA) da situação denominada - pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e demais mediadores - de *trabalho escravo* ou *condição análoga à de escravo*. A ação de fiscalização ocorreu em novembro de 2005, na Fazenda Sagrisa, localizada no município Codó, no estado do Maranhão.

As principais perguntas deste estudo giram em torno desta análise são: como eles se representam e quais suas estratégias de sobrevivência no contexto da chamada *escravidão contemporânea*?

* Mestre em Ciências Sociais pela UFMA. E-mail: flaviaalmeidamoura@hotmail.com.

O acompanhamento da operação de fiscalização na Fazenda Sagrisa (em novembro de 2005), as conversas informais com trabalhadores rurais e lideranças comunitárias de Codó e as entrevistas (realizadas entre março e novembro de 2006), nas residências dos trabalhadores, nos bairros São Sebastião e Codó Novo, apontam que eles não se auto-identificam como *escravos* e aceitam condições consideradas precárias de trabalho, principalmente devido às dificuldades enfrentadas para manter suas atividades agrícolas e, conseqüentemente, para poder garantir a sobrevivência de seus familiares.

O principal empecilho observado na dificuldade de manutenção de suas lavouras está diretamente relacionado à falta de terra para a realização do plantio. Esses trabalhadores, em geral, residiam em povoados localizados na área rural de Codó, onde plantavam e criavam animais, e hoje residem nos bairros populares da sede do município.

A expulsão desses trabalhadores de suas terras coincidiu com o processo de expansão da agropecuária incentivada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) na conhecida Região dos Cocais, onde está localizado o município de Codó, que data da década de 1970 (AMARAL FILHO, 1990, p.237; MAY, 1990, p.107). Processo esse que pode ser acompanhado através da expansão do rebanho bovino em Codó, que passou de 13.259 cabeças em 1970 para 60.392 cabeças em 1985 (FIBGE, 1970, 1985).

Como revelou a pesquisa que realizamos em Codó, esses bairros são compostos por famílias de camponeses que, mesmo perdendo a posse/propriedade da terra continuam tendo na agricultura sua principal fonte de renda. De um total de 256 entrevistados no bairro de Codó Novo, 141 (55,1%) responderam que mantêm atividade agrícola (Tabela 1).

Tabela 1: Percentual de famílias residentes no bairro de Codó Novo que trabalham na agricultura

	<i>Número</i>	<i>Em %</i>
Sim	141	55,1
Não	111	43,4
Sem informação	4	1,6
Total	256	100,0

Fonte: Pesquisa de campo.

Além de revelar a importância da atividade agrícola para a reprodução desses trabalhadores rurais que residem nos bairros populares de Codó, a pesquisa também confirmou aquilo que nossas informações acerca dos *trabalhadores resgatados* havia nos indicado; o fato de essa ser realizada em difíceis condições de acesso à terra, através do pagamento de renda (em dinheiro ou em produto) para proprietários. Por conseguinte, das pessoas que responderam nosso questionário, oitenta e oito (34,4% do total) informaram que trabalham em terra arrendada¹ enquanto quinze disseram ser proprietárias da terra (5,9%) e nove (3,5%) cultivam em áreas de posse (Tabela 2).

Tabela 2: Forma de acesso à terra por famílias que residem no bairro de Codó Novo

	<i>Número</i>	<i>Em %</i>
Arrendada	88	34,4
Própria	15	5,9
Posseiro	9	3,5
Terra da família	1	0,4
Terra da associação	5	2,0
Sem informação	138	53,9
Total dos que mantêm atividade agrícola	256	100,0

Fonte: Pesquisa de campo.

Tendo a atividade agrícola como fundamental para a sua reprodução, mas transferindo boa parte dos recursos obtidos para o pagamento da renda da terra, esses trabalhadores acabam se envolvendo em outras atividades para complementar a renda familiar, como a realizada nas fazendas de gado, chamada por eles de *juqira* ou *roço da juqira*, isto é, a limpeza do campo onde já foi plantado capim para o gado. Nestas atividades, os trabalhadores retiram com a foice ervas daninhas, palmeiras jovens de babaçu, entre outros tipos de vegetação que começam a crescer novamente, após o período do inverno (chuva). A limpeza do pasto propicia a plantação posterior do capim para alimentar o gado das fazendas.

Além desta atividade, a maioria dos trabalhadores entrevistados planta a sua roça própria em pequenas porções de terra, geralmente arrendada, e realizam trabalhos informais na área urbana de Codó, como prestação de serviços

como vigia ou ainda na limpeza de terrenos da prefeitura. Esses tipos de trabalho são chamados por eles de *bicos*

Os quatro trabalhadores que acompanhei durante o período de um ano – Raimundo José Carvalho, 66 anos, o *Seu Rupiado*; Afonso Souza, 55 anos, conhecido como Afonso; Antônio José Souza da Silva, 46 anos, chamado de *Zé Véio*; e José Francisco Rosendo, 40 anos, conhecido como *Zeção* – moram na sede do município de Codó, nos bairros de São Sebastião e Codó Novo, mas possuem origem na zona rural. Três deles nasceram em povoados localizados no mesmo município – Salobro, São Benedito e Quatrocentos - e o último em povoado do município de Timbiras – chamado Bonfim e começaram a trabalhar na roça entre 8 e 12 anos de idade, acompanhando os pais.

Antes de se mudarem para a periferia do município de Codó, ao final da década de 1970 e início de 1980, esses trabalhadores residiram em outros povoados e sempre cultivaram as suas lavouras em terras de familiares.

Mesmo já tendo prestado serviços informais na cidade, os quatro trabalhadores entrevistados se consideram lavradores e afirmam que é da agricultura que retiram a principal fonte de renda para a manutenção de suas famílias.

Com relação à terra, a história deles é parecida: todos deixaram de morar nos povoados e, perdendo a posse das terras, passaram a viver como *arrendatários*, isto é, tendo de “alugar” um pedaço de terra para continuar plantando suas *roças*. Uns porque foram “expulsos” da terra e outros porque, na partilha da herança, após a morte dos avós ou pais, a família vendeu as terras.

De acordo com as informações fornecidas pelos entrevistados, algumas famílias dos trabalhadores foram vítimas de *grilagem* de terra, pois à época não tinham a preocupação de obter a documentação para provar que residiam há gerações no mesmo local.

2 A ECONOMIA FAMILIAR DOS TRABALHADORES RESGATADOS

Apesar de os quatro trabalhadores entrevistados declararem que possuem como principal fonte de rendimentos a atividade agrícola, a manutenção e reprodução do grupo familiar incluem outras atividades de complementação de renda.

O chamado *roço de juçeira*; atividade realizada nas fazendas de gado da região e que, devido às condições precárias em que é realizada, é classificada por mediadores (principalmente Ministério do Trabalho e Emprego - MTE) como situação de *trabalho escravo*, também pode ser apontada com uma das estratégias de complementação de renda desses trabalhadores. Os entrevistados tam-

bém afirmaram que realizam trabalhos informais na cidade, denominados *bicos*, atuando principalmente na limpeza de terreno, nos serviços gerais na construção civil ou ainda no trabalho como vigia, em propriedades particulares na cidade.

Se há cálculo da distribuição do tempo dos membros da unidade doméstica a ser despendido com agricultura e outras atividades complementares para a renda da família, também há cálculo para saber quando os recursos em dinheiro devem passar da agricultura para o negócio ou do negócio para a agricultura (GARCIA JÚNIOR, 1989).

No caso estudado em Codó, alguns trabalhadores justificaram sua ida para as fazendas na atividade chamada de *roço da juquirá*, por exemplo, pela necessidade de garantir o sustento básico da família, no que diz respeito à alimentação e à manutenção da casa (contas de água e luz, entre outras).

Por outro lado, outros trabalhadores informaram que estiveram em fazendas nesta mesma atividade porque precisavam de recurso monetário para realizar alguns “investimentos”, na lavoura: “comprar remédio para matar a praga da roça” – como no caso do Sr. Itamar - ou ainda em equipamentos capazes de gerar algum tipo de renda e/ou serviços para a família, como “consertar o motor de sua moto”, que poderia ser utilizada tanto para transportar as pessoas da família quanto para ser o principal meio de transporte do trabalhador até a sua plantação — no caso do Sr. Antonio José.

A partir do momento em que a renda obtida por esses trabalhadores torna-se insuficiente para a manutenção do grupo familiar, gerando uma situação de ‘necessidade financeira’, temos que eles chamam de *precisão*. Neste sentido, é a *precisão* uma das principais justificativas apontadas pelos trabalhadores por serem encontrados nesta situação considerada de *trabalho escravo*.

Com relação ao “tempo da *precisão*”, os trabalhadores afirmam que é no período do inverno (principalmente entre os meses de janeiro a abril, quando chove mais) que passam mais necessidades financeiras, já que ainda não chegou o tempo da colheita; a alimentação da safra passada já acabou e ainda o serviço da *juquirá* é mais “fraco” por conta da chuva.

Por outro lado, eles afirmam que de abril até agosto, quando estão colhendo, a situação melhora um pouco, apesar das dificuldades no pagamento da renda e do transporte dos alimentos das *roças* até a sede do município. De setembro até o final do ano, o “tempo da *precisão*” volta a assolar as famílias e, neste caso, há maior incidência de trabalhadores no chamado *roço da juquirá*.

Outro momento em que ocorre a chamada *precisão* é quando alguém da família adoce e não há recursos para comprar remédio. Neste caso, a estratégia é

se desfazer de algum alimento estocado ou ainda algum bem (como móveis ou eletrodomésticos), para a aquisição do recurso necessário à compra da medicação.

A *precisão* também é apontada pelos trabalhadores como uma condição difícil de viver na periferia da cidade e ter de retirar o sustento principal da família na *roça*. Neste sentido, quando questionados sobre esta condição enquanto viviam nos povoados, os quatro trabalhadores afirmam que, quando residiam na zona rural, tinham menos *precisão* porque era “tempo de fatura”; e este último está relacionado diretamente com o período em que o trabalhador rural tem possibilidade de preparar a *roça* e, desta forma, tem como tirar o seu sustento de maneira mais tranqüila.

A questão aqui levantada é de que a economia familiar desses trabalhadores apresenta peculiaridades próprias e varia de acordo com cada família, bem como suas necessidades em cada período do ano. Neste sentido, a análise proposta neste trabalho sobre a economia familiar de um grupo de trabalhadores rurais, entrevistados em Codó, é feita à luz da discussão de Garcia Júnior. (1989), quando ele afirma:

Cada grupo doméstico tem uma determinada composição de consumidores, uma determinada composição por sexo e idade, que implica possibilidades e impossibilidades de mobilização da força de trabalho doméstica, um determinado montante de recursos disponíveis. Se todos dizem que “a luta dali é uma só” é que os mesmos padrões sociais de avaliação destas dimensões estão em operação (1989, p.108).

Nas famílias de trabalhadores rurais entrevistadas em Codó, a atuação da esposa e dos filhos é fundamental para garantir a complementação da renda. Algumas mulheres lavam roupa e/ou trabalham como domésticas em casa de família ou ajudam na *roça*, no preparo da terra, plantio e colheita. Também a atividade da quebra do coco babaçu, para fazer azeite, sabão e carvão, é comum na região. A amêndoa do coco babaçu também pode ser trocada no comércio local por outros produtos alimentícios.

Os filhos também ajudam acompanhando os pais na *roça* (principalmente os meninos), auxiliando em casa, cuidando dos irmãos mais novos (serviço mais comum das meninas, apesar de haver situações diferentes) ou ainda trabalhando nas feiras e comércio local².

A aposentadoria de uma pessoa da família (ou do próprio *chefe da família*, que já se aposentou, mas continua trabalhando, ou de uma sogra ou uma mãe que

mora junto na casa dos filhos e netos) e os programas governamentais de transferência de renda, como o Bolsa Escola e o Bolsa Família, também foram apontados pelos entrevistados como fundamentais para o sustento dessas famílias.

Com relação ao consumo de alimentos, a base da alimentação das famílias entrevistadas em Codó é o arroz, principal produto cultivado nas roças e utilizado principalmente para o consumo dos próprios trabalhadores, embora em alguns casos possa haver venda desse produto ou troca por outros, como café e açúcar, no comércio local. O arroz ainda pode ser utilizado para o pagamento de diárias a outros trabalhadores “contratados” para ajudar no plantio ou na colheita da roça. Já o cultivo de outros produtos, como feijão, milho e mandioca, também é comum em Codó, embora seja em menor quantidade do que o arroz. Neste caso, eles também são “negociados” pelos trabalhadores em troca de outras mercadorias ou diárias a outros trabalhadores.

Produtos para a complementação alimentar, como café, açúcar, legumes e carnes, são consumidos por esses trabalhadores quando alguém recebe algum recurso extra ou ainda nos períodos de pagamento da aposentaria ou algum auxílio governamental.

Produtos pessoais como roupas, ou utensílios para a casa, como móveis, eletrodomésticos, entre outros, são adquiridos, na maioria das vezes, em sistema de prestações, oferecido pelo comércio local. O recurso para a aquisição desses produtos é oriundo, na maioria das vezes, da renda monetária mensal que a família possui – recurso de algum programa governamental de transferência de renda, como é o caso do Bolsa Escola ou do Bolsa Família, ou ainda do recurso da aposentadoria de algum membro da família. Esporadicamente, esse montante também pode vir de trabalhos informais desenvolvidos na cidade, chamado por eles de *bicos*.

Esses produtos são, geralmente, de consumo anual, enquanto a alimentação faz parte do consumo diário das famílias. Apesar de serem consumidos anualmente, são pagos em parcelas mensais, de acordo com a forma de pagamento acertado no comércio local.

Os gastos com as contas de água e luz são pagos, na maioria dos casos entrevistados, com o recurso de aposentadoria ou Bolsa Família.

Quando questionados sobre sua renda mensal monetária, esses trabalhadores não conseguem mensurar, em dinheiro, quanto recebem por mês para poder sustentar suas famílias mas, ao mesmo tempo, têm o controle de seus gastos mensais e anuais e utilizam estratégias de sobrevivência para conseguir manter os custos mínimos da casa, principalmente a alimentação de todos os seus membros.

Na casa de barro de três cômodos do Sr. Raimundo (conhecido como *Seu Rupiado*), 66 anos, por exemplo, moram 9 pessoas: ele, a esposa, um casal de filhos e cinco netos. Outras duas filhas não moram com o casal, mas precisam de uma ajuda da família para viver. Uma mora em Codó mesmo e a outra, que é a filha mais velha, mora em São Paulo e, apesar de não depender da renda da família para viver, não oferece ajuda financeira mensal para ajudar os pais a criarem dois filhos, que moram com os avós.

Seu Rupiado recebe uma aposentadoria de R\$ 350,00 por mês. Como possui uma neta, de 10 anos, que está estudando, recebe mais R\$ 90,00 de Bolsa Família. São as únicas rendas fixas da família. Fora isso, só mesmo a renda dos trabalhos informais, na cidade.

A Toinha (esposa) trabalha aqui e acolá, lavando uma roupa, arrumando uma casa, quebrando coco, e recebe um troquinho pouco; mas sou eu mesmo que tenho que botar a renda na casa. A filha, que trabalha em São Paulo, não manda dinheiro, até porque não sobra. Nonato (filho) faz ‘bicos’ e, de vez em quando, traz alguma coisa pra casa. Quando ele acha, trabalha. Hoje, por exemplo, ele tá cavando vala pra prefeitura. Ele largou o estudo. Francisca, a filha mais nova, só estuda. É muita gente pra comer. A gente se vira mesmo no que dá pra ter o de comer todo dia em casa (Depoimento de “Rupiado”, 66 anos).

O trabalhador conta que o alimento principal em sua casa, o arroz, raramente é comprado no comércio local. Segundo ele, quando retorna da colheita, “quase nunca consegue vender o arroz porque vem pouco, e pode faltar mais pra frente”.

Apesar de plantar quase todos os anos, *Seu Rupiado* afirma que há “períodos de maior necessidade financeira”. Essa condição, já tratada anteriormente, é chamada por ele e por outros trabalhadores entrevistados de *precisão*, que está diretamente relacionada com o calendário agrícola dos trabalhadores.

Quando é tempo de colheita, por exemplo, a *precisão* diminui; mas tão logo o estoque de arroz vai diminuindo, a “necessidade” aumenta. Neste sentido, a atividade denominada por eles de *roço da juquirá* é realizada para a complementação da renda dessas famílias.

Apesar de Sr. Raimundo relacionar o “tempo da *roça*” com os meses do ano, esses trabalhadores geralmente operam com categorias nativas para medir o tempo da plantação. Por exemplo, em vez de se referirem aos meses do ano, geralmente a forma de medirem o tempo é pelas atividades ligadas à *roça*: ‘tem-

po de broque’, ‘tempo de plantar’, ‘tempo da capina’, ‘tempo de queimar’, ‘tempo da *juquirá*’, entre outros...

Sr. Afonso, 55 anos, não tem uma situação muito diferente de Sr. Raimundo. Ele e sua esposa, Dona Maria da Conceição, 46 anos, tiveram 7 filhos. Hoje, 6 moram com eles e mais 1 neta que eles criam numa casa de 3 cômodos. O casal perdeu um filho, que morreu de acidente com raio quando estava trabalhando na roça, há 4 anos. Ninguém recebe aposentadoria na família. A filha mais nova e a neta, que estão na escola, recebem Bolsa Família. Ao todo, não ultrapassa R\$ 100. Essa é a única renda da família que mora na casa da mãe de Dona Conceição.

Os dois filhos mais velhos – Antonio, 26 anos e Francisco, 21 anos – pararam de estudar no ensino fundamental. Eles acompanham o pai no trabalho da roça desde cedo – tanto para plantar quanto para nas atividades relacionadas ao *roço de juquirá*.

Além de ajudar na *roça*, os filhos também fazem os chamados *bicos*, como ajudantes de pedreiro na cidade, mas falam que o serviço em Codó é muito fraco. As filhas ajudam em casa, cozinham e cuidam dos irmãos menores. A esposa lava roupa para fora.

O exemplo do Sr. Afonso serve para entendermos o papel dos membros da família na economia. Os filhos homens, que acompanham o pai, também são considerados a força do trabalho da casa, enquanto as filhas mulheres, ajudam nos serviços domésticos e cuidam dos filhos mais novos, mas geralmente não geram renda monetária para a casa. Essa situação encontrada na família do Sr. Afonso é comum em Codó, apesar de haver casos em que as filhas mulheres trabalham “fora”, principalmente no comércio local, e ajudam nas despesas da casa.

Outro trabalhador entrevistado, Sr. Antonio José, conhecido como *Zé Veio*, 46 anos, não foge da regra: tem que conciliar formas diferentes de trabalho para conseguir sustentar sua família formada pela sua esposa e mais 6 filhos, sendo 2 homens e 4 mulheres. Eles também moram numa casa de 3 cômodos. Somente uma filha não mora com o casal, mas deixou a neta, de 2 anos, pra eles cuidarem. O filho mais velho trabalha de ajudante de pedreiro e leva um pouco de dinheiro para casa, quando dá. Ele afirma que não quer acompanhar o pai no trabalho da *roça*.

O restante dos filhos não trabalha fora. A família recebe um auxílio do Programa Bolsa Família por conta dos dois filhos mais novos que estão estudando, que recebem R\$ 90. Ninguém recebe aposentadoria na família.

Para garantir o sustento, Sr. José trabalha informalmente como vigia em propriedades particulares em Codó ou ainda como segurança em eventos, como carnaval ou demais festejos. “Dona Zezé”, sua esposa, lava roupa e faz faxina em casas de família, mas também não possui uma renda monetária mensal.

Já a família de José Rosendo, conhecido como *Zezão*, 40 anos, apresenta uma situação um pouco diferenciada das outras famílias entrevistadas para a realização desta pesquisa. Além de ter dois filhos (é a menor família dentre as quatro), todos colaboram na renda familiar. Em sua casa de alvenaria e com 3 cômodos vivem ele, a esposa e mais dois filhos, um de 14 e outro de 16 anos. Os dois estão na escola e o mais velho trabalha meio período numa oficina mecânica e, apesar de quase não levar dinheiro para a casa, é responsável pelos seus gastos pessoais. A esposa, Ednei, 33 anos, trabalha fora como doméstica em casa de família e recebe uma renda fixa de R\$ 100 por mês. Além desta renda, a família conta com auxílio do Programa Bolsa Escola, que soma mais aproximadamente R\$ 100 referentes aos dois filhos.

Em época de colheita, a esposa tem uma dispensa do trabalho que realiza em casas de família, durante um período aproximado de 15 dias, e acompanha o marido na roça, juntamente com um dos filhos. Sempre fica um deles na cidade para cuidar da casa e também cozinhar para os que estão trabalhando na roça.

3 CALENDÁRIO AGRÍCOLA E SAÍDA PARA O TRABALHO ESCRAVO

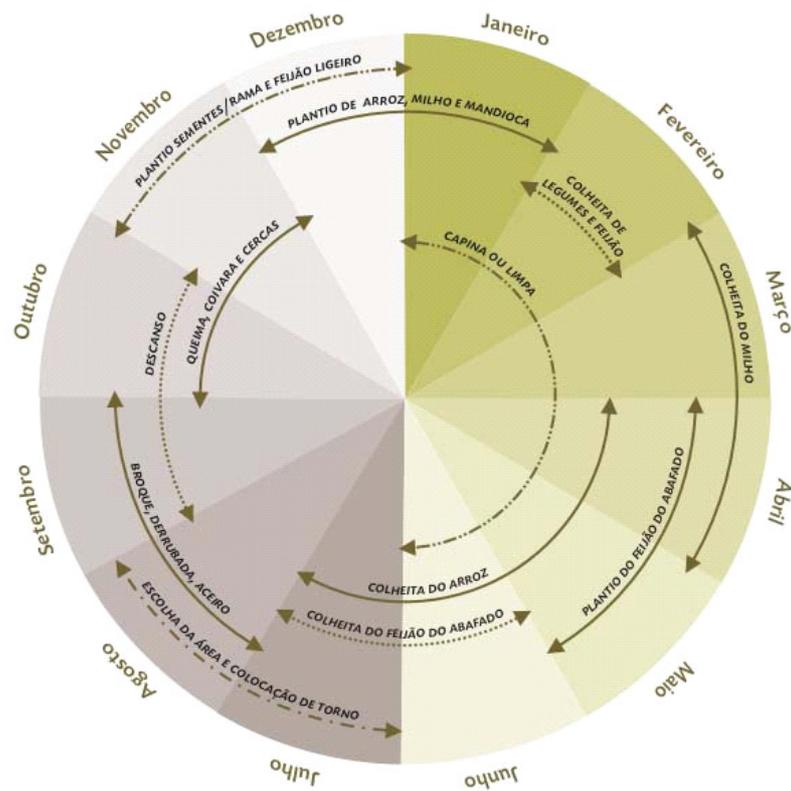
Apesar de as atividades da *roça* ocuparem o tempo dos trabalhadores praticamente o ano inteiro, os entrevistados informaram que, para poderem complementar a renda das famílias e até mesmo obterem recursos para investimento nas *roças*, eles se ‘concentram’ na atividade da lavoura, geralmente realizada em terra arrendada, nos períodos de maior necessidade de trabalho, como é o caso do plantio e da colheita. Nas outras atividades, como o chamado *broque*, a *queima* e a *capina* ou *limpa*, os trabalhadores fazem revezamento e, algumas vezes, pagam diárias a outros trabalhadores ou contam com a ajuda dos filhos, para o preparo e a manutenção da lavoura. Enquanto isso, eles realizam outras atividades, como é o caso do *roço da juquirá* ou ainda em serviços temporários na cidade.

Neste sentido, é necessário conhecer o calendário agrícola desses trabalhadores e relacioná-lo com os principais períodos de saída para as atividades do chamado *trabalho escravo*, conforme descritas nas Figuras 1 e 2.

Com o calendário agrícola (Figura 1), construído a partir entrevistas realizadas com trabalhadores rurais de Codó, podemos notar que há atividades durante o ano inteiro, embora nem todos os processos descritos são cumpridos por todos os trabalhadores entrevistados, uma vez que a presença na

atividade do *roço da juquirá*, muitas vezes, atrasa as atividades da *roça* ou ainda não permite que os trabalhadores plantem legumes ou ainda façam uma chamada *roça limpa*, isto é, sem a presença do mato alto, que pode atrapalhar tanto o desenvolvimento das culturas quanto a atividade da colheita. Neste sentido, o calendário agrícola apresenta períodos do ano relacionados com as principais atividades desenvolvidas na *roça*, embora essas indicações devam ser entendidas como apenas um referencial de ordenação dos procedimentos, e não como um modelo que é seguido por todos os trabalhadores entrevistados, uma vez que há variações entre eles.

Figura 1: Calendário Agrícola



Conforme indicado na Figura 1, no período entre julho a agosto, os trabalhadores começam a “escolher o mato”, isto é, escolher o local para preparar a *roça* e também providenciam a colocação dos chamados *tornos*, que são pedaços de pau que auxiliam na demarcação da área em que será plantada. Entre agosto e setembro, os trabalhadores partem para o *broque* ou *roço*, que consiste na retirada do mato grande, auxiliados pela foice. Após esse procedimento, eles fazem a chamada *derruba*, isto é, a retirada de árvores mais grossas (madeiras de lei) e de *palmeiras macho* (que são as palmeiras de babaçu que não vão dar cacho de coco naquele período).

Após a *derruba*, os trabalhadores fazem o chamado *aceiro*, que consiste na divisória de aproximadamente 1 metro entre o ‘mato brocado’ e o ‘mato em pé’. O *aceiro* serve de caminho para os trabalhadores quando vão queimar a roça e também não permite que o fogo se alastre no mato.

Entre setembro e outubro, quando a chuva ainda não chegou, alguns trabalhadores deixam a terra ‘descansar’ e o mato retirado secar para que fique mais fácil de queimar, posteriormente. A chamada *queima* é feita entre os meses de outubro e novembro.

Após a *queima*, os chamados *garranchos* formados pela sobra do mato que não queimou totalmente, são juntados, enterrados e queimados novamente. Esse procedimento é chamado de *coivara*.

Para as *roças* que se encontram próximas a criações de animais, logo após a *coivara*, é providenciado o cercamento da área. As cercas são preparadas geralmente com pedaços de madeira extraídos do mato, na *derruba*.

Entre novembro e dezembro, o plantio é iniciado com as chamadas *sementes de rama*, que consistem principalmente na abóbora, melancia, maxixe, cuxá, quiabo, tomate e pepino.

Ainda entre o final de novembro até dezembro, alguns trabalhadores optam pela plantação do chamado *feijão ligeiro*. O período que vai entre o final de dezembro até o dia 19 de janeiro, é o chamado ‘tempo do arroz’, que pode ser plantado tanto o tipo chamado de *ligeiro* quanto o chamado *tardão*. Também neste período, juntamente com o arroz, podem ser plantados o milho e a mandioca (para fazer farinha). O milho verde é colhido até abril, e auxilia na alimentação das famílias durante a Semana Santa. A mandioca leva entre um ano e um ano e meio para ficar boa para colher³.

Como a farinha é um dos ingredientes necessários para a alimentação das famílias, além de ser um produto que fica mais caro no período do inverno, plan-

tar mandioca significa um ‘bom negócio’ na economia familiar desses trabalhadores. Mas, por não terem a posse da terra, nem sempre conseguem desenvolver essa cultura. Dessa forma, acabam trabalhando nas chamadas “farinhadas”, isto é, uma espécie de mutirão entre trabalhadores nas casas de farinha, que utilizam a mandioca de alguém que plantou (geralmente pequenos proprietários de terra) e recebem diárias, geralmente pagas com a própria farinha.

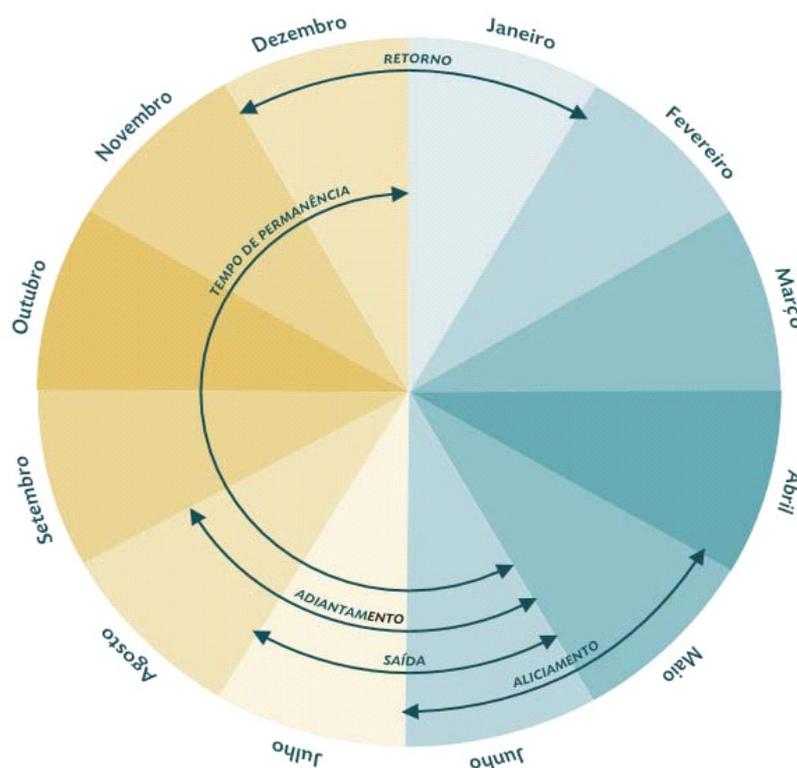
De janeiro a julho, dependendo o tempo que durar a roça, os trabalhadores têm ocupação com a manutenção da terra, principalmente no que diz respeito à chamada *capina* ou *limpa*, que consiste na limpeza do mato que nasce, principalmente enquanto está chovendo.

A partir de fevereiro, os legumes que foram plantados em dezembro já podem começar a ser colhidos. Juntamente com eles ou logo em seguida, o *feijão ligeiro* também está no ponto de colher. Já entre março e abril, o milho plantado entre dezembro e janeiro pode ser colhido verde para a feitura de bolos, doces ou mesmo ser comida assado, principalmente nos festejos da Semana Santa. Geralmente, os trabalhadores deixam uma parte do milho para amadurecer e colher entre maio e junho. Esse *milho seco* é utilizado como comida para a criação de animais, como galinhas e porcos, e também para a alimentação das famílias, com mingau, bolo, entre outros.

A partir de abril, o *arroz ligeiro* pode ser colhido. Já o chamado *arroz tardão* é colhido entre maio e julho. Esse é o período de maior trabalho na colheita, já que essa cultura é plantada em maior quantidade pelos trabalhadores entrevistados. Também entre junho e julho, os trabalhadores que plantaram o chamado *feijão de abafa* ou de *abafado* logo após o término das chuvas, em meados de maio, já podem começar a colher as favas. Neste caso, se a *roça* estiver *suja*, isto é, se os trabalhadores não fizeram a *capina* como deveriam, a colheita fica mais difícil, já que o feijão foi plantado com a terra úmida (logo após as chuvas) e propícia para o crescimento de mato.

Apesar de o calendário agrícola ocupar o tempo do trabalhador rural praticamente o ano inteiro, os que não possuem terra própria para plantar e moram nas periferias do município, como é o perfil dos trabalhadores entrevistados nesta pesquisa, utilizam outros serviços como estratégias de complementação da renda familiar. Uma dessas atividades é o chamado *roço da juqueira*, realizado nas fazendas de gado e considerado situação de *trabalho por precisão*. A saída para esse tipo de trabalho é descrita na Figura 2.

Figura 2: Saída para o trabalho escravo



Como a maioria dos trabalhadores que foram encontrados nas fazendas pela equipe da DRT-MA também faz suas *roças* ou auxilia nas atividades agrícolas em plantações de outros trabalhadores, o período de maior incidência no chamado *trabalho escravo* é entre julho e dezembro, geralmente quando eles já colheram a safra do ano (principalmente de arroz) e ainda não plantaram a do próximo ano, já que o plantio desta cultura é sempre realizado entre o final de dezembro e janeiro.

Quando o trabalhador vai para atividade da chamada *juquirá* ou qualquer outro serviço temporário precisa deixar os filhos ou outros trabalhadores preparando a terra para a plantação. Do contrário, também é comum o trabalhador

voltar da fazenda, em meados de dezembro, e procurar uma *roça* já queimada, no ponto de plantar, e pagar outros trabalhadores por este serviço.

A saída dos trabalhadores para a atividade denominada de *roço de juquirá*, que resolvemos chamar aqui de *trabalho por precisão*, é iniciada com o aliciamento nos bairros, mais freqüente em Codó entre os meses de maio e junho.

Da mesma forma que construímos o calendário agrícola, também montamos a Figura 2, relacionando os períodos do ano com as atividades ligadas ao *trabalho por precisão* ou *trabalho escravo*, bem como os períodos de saída desses trabalhadores. As informações obtidas foram sistematizadas a partir das entrevistas, mas não devem ser generalizadas, uma vez que pode haver recrutamento de trabalhadores para essas atividades em outros meses do ano, dependendo do tamanho das fazendas ou mesmo dos períodos da chuva, entre outros fatores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os que aqui chamamos de *escravos da precisão* são os trabalhadores rurais que, tendo sido expulsos de suas terras, na luta do dia-a-dia para conseguir garantir o sustento de suas famílias, se submetem às condições precárias de trabalho, como esta classificada pelos mediadores de *trabalho escravo*, mas o fazem dentro de uma lógica e de uma estratégia de complementação de renda, e não somente porque são “enganados” pelos agenciadores da força de trabalho.

Muitos deles conhecem a realidade das fazendas antes mesmo de chegarem nelas para trabalhar, mas afirmam ‘não terem outra escolha’, em determinados períodos do ano, para pelo menos tentar levantar algum recurso, que possa investir em sua família. Em vez de *vítimas da escravidão*, bem como de todo o seu sistema de agenciamento e práticas de exploração, podemos afirmar que esses trabalhadores, antes disso, são *vítimas da precisão*, uma situação que pode ser vista mais como causa do que como consequência desse processo de exploração da mão-de-obra de trabalho.

ABSTRACT

The work presented search to discuss the conditions of familiar economy's functioning, as well the strategies of survival of a group of *rescued workers* from the situation of *slave work* for the Delegacia Regional do Trabalho – DRT-MA, November of 2005, at the Farm Sagrisa, located at the town of Codó (MA). In this way, those here called *precision's slaves* are the agricultural workers that, once threw out of their own lands, put themselves under a precarious conditions of work, but they do it inside a logic and a strategy of income's complementation. To help this discussion, we look for understand the articulation between the agricultural calendar of those workers, as well the exit's periods to work at the cattle's farm at Codó's area.

Keywords: Contemporary slavery. Familiar economy. Agricultural structure

NOTAS

1 A maior parte desses arrendatários, quarenta e nove (55,6% do total dos que pagam renda) informaram que pagam dois alqueires por linha de roça colhida, isto é, medida padrão utilizada entre os agricultores. O alqueire é a medida de peso referente a aproximadamente um saco e meio de 60 kg de produção (no caso de Codó, principalmente de arroz).

2 Como tive a oportunidade de realizar trabalho de campo em Codó durante o período eleitoral, pude perceber que alguns filhos conseguiram trabalhos informais com propagandas políticas, principalmente na atividade de distribuição de “santinhos” de candidatos. Neste caso, o recurso monetário recebido, na maioria das vezes, serviu para o consumo pessoal dos adolescentes e jovens.

3 No caso dos trabalhadores que fazem suas plantações em áreas arrendadas, o plantio da mandioca é mais difícil de ser encontrado porque leva entre 1 ano e 1 ano e meio para colher e, geralmente, o dono da terra não permite que o trabalhador ocupe a área mais tempo do que uma safra de arroz, que leva entre 3 e 6 meses para se desenvolver. Uma vez que a mandioca for plantada em uma área, o mato não pode ser queimado para preparar a outra safra de arroz e, dessa forma, a renda diminui para o proprietário da terra, que recebe entre 2 e 3 alqueires por linha de roça; o que significa, em produção, uma média de 3 sacos de 60 kg a cada 12 sacos de arroz colhido.

REFERÊNCIAS

- AMARAL FILHO, Jair. **A Economia política do Babaçu**: um estudo sobre da organização extra-tó-indústria do Babaçu no Maranhão. São Luís: SIOGE, 1990.
- CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Do Latifúndio Agropecuário à Empresa Latifundiária Carvoeira. In COELHO, Maria Célia Nunes e COTA, Raymundo Garcia. (Org.). **10 anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém: UEPA/NAEA, Editora Gráfica Supercores, 1997.
- ESTERCI, Neide. **Conflito no Araguaia**: peões e posseiros contra a grande empresa. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra**: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. **O SUL**: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo, Marco Zero e Brasília, Universidade de Brasília; 1989.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário de 1970**. Rio de Janeiro, 1972.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 1995-1996**. Rio de Janeiro, 1998.
- MARTINS, José de Souza. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. **Tempo Social**, USP. São Paulo. v. 6, n 1-2, 1994.
- MAY, Peter. **Palmeiras em Chamas** – Transformação Agrária e Justiça Social na Zona do Babaçu. Linda Maria P. Gondim (Trad.). São Luís, EMAPA/FINEP, Fundação Ford, 1990.
- SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos. Estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.